

Copyright © 2012, EdUERJ.

Todos os direitos desta edição reservados à Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, ou de parte do mesmo, em quaisquer meios, sem autorização expressa da editora.



EdUERJ

Editora da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua São Francisco Xavier, 524 – Maracanã

CEP 20550-013 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel./Fax.: 55 (21) 2334-0720 / 2334-0721

www.eduerj.uerj.br

eduerj@uerj.br

*Editor Executivo*

*Assistente Editorial*

*Coordenadora Administrativa*

*Coordenador de Publicações*

*Coordenadora de Produção*

*Revisão*

*Capa*

*Projeto e Diagramação*

Italo Moriconi

Fabiana Farias

Rosane Lima

Renato Casimiro

Rosania Rolins

Fábio Flora

Andréa Ribeiro

Shirley Lima

Carlota Rios

Emilio Biscardi

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/NPROTEC

---

C345 Geografia cultural: uma antologia (1) / organização,  
Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendahl. – Rio  
de Janeiro: EdUERJ, 2012.  
344 p.

ISBN 978-85-7511-252-6

1. Geografia humana. I. Corrêa, Roberto Lobato,  
1939- .II. Rosendahl, Zeny.

CDU 911.3

---

# David Harvey e a geografia cultural\*

João Sarmento\*\*

A geografia cultural contemporânea é uma entusiasmante e diversificada subdisciplina da geografia humana (Jackson, 2000; Mitchell, 2000; Philo, 2000). O estímulo provém das formas como se constroem, contestam e negociam significados e interpretações sociais do espaço e como estes são mesclados e deslaçados em torno das noções de cultura, lugar e paisagem. A vanguarda desse campo de estudos resulta, sobretudo, dos modos inovadores de relacionar ideias e imaginações com a materialidade do mundo e de um debruçar sobre novas configurações culturais que emergem e se desenvolvem à medida que nossos mundos sociais se transformam, em resposta à fluidez e à mudança (Sarmento et al., 2006).

Nos últimos vinte anos, a geografia cultural tem-se centrado em vários quadrantes de estudo. Por um lado, desenvolveram-se sobremaneira os estudos sobre a ideia de paisagem. Seguindo a divisão apresentada por Mitchell (2000), podemos evidenciar a análise da paisagem como forma de ver (Cosgrove e Daniels, 1988) e como um texto (Duncan, 1990), da paisagem urbana contemporânea (Davis, 1998; Knox, 1993) e a

---

\* Publicado originalmente em *Espaço e cultura: pluralidade temática*, organizado por Z. Rosendahl e R. L. Corrêa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

\*\* Professor do Departamento de Geografia da Universidade do Minho, Portugal.

de quatro décadas de obras-chave de Harvey, fazendo leituras dos temas *a paisagem e a cultura, conhecimento e representação e a matriz espacial*.

Para elaborar essa construção, recorri a diversas fontes. As primárias, os textos de David Harvey, são inúmeras, demasiadas mesmo para poder abarcá-las num texto dessa natureza. Concentrei-me, sobretudo, nas mais extensas, publicadas em forma de livro,<sup>4</sup> dando primazia ao período posterior à publicação de *The condition of postmodernity* (1989). Essa me pareceu a estratégia mais correta a adotar, porque pretendo já analisar as relações entre a obra de Harvey e o desenvolvimento da “nova” geografia cultural (embora sejam vários os pilares a que Harvey dá continuidade em sua obra). As fontes secundárias utilizadas são também abundantes. Por um lado, considero os que de forma abrangente escreveram sobre a obra de Harvey. Derek Gregory, em *Geographical imaginations* (1994), faz isso de forma notável. Já J.-P. III Jones, em *David Harvey* (2004), proporciona uma visão não tão encorpada, porém mais extensa. Recentemente, destaca-se a coleção de ensaios editada por Noel Castree e Derek Gregory, intitulada *David Harvey. A critical reader* (2006), que constitui um trabalho insubstituível para essa análise. Por outro lado, existe um conjunto vasto de textos que consideram as ideias de Harvey e são indispensáveis para abarcar as influências e críticas ao seu trabalho.

## O percurso de David Harvey

*Pelas nossas teorias, conhecer-nos-ão.*

David Harvey (1969, p. 489)

Resumir analiticamente um percurso de mais de quatro décadas de publicações consistentes e inovadoras e uma obra de milhares de páginas em meia dúzia de parágrafos é uma tarefa não só imodesta, mas também ingrata, pois abre demasiadas frentes sem ser possível, num texto dessa natureza, acorrer a explicações porventura necessárias. Correndo esse risco, optei por estabelecer, ainda que de forma introdutória, quatro grandes blocos temporais entre 1965 e 2006, que serão desenvolvidos subsequentemente em cortes temáticos.

Essas divisões artificiais podem ser ligadas pela continuidade e pelo empenho de Harvey em três registros. O primeiro relaciona-se a uma fidelidade para com a ge-

<sup>4</sup> Destaque para o livro *Spaces of capital* (Harvey, 2001), composto por 18 capítulos referentes a 14 artigos já publicados (entre 1974 e 1998), uma entrevista e três comunicações em conferências.

inauguração da crítica feminista à ideia de paisagem (Rose, 1993). Por outro lado, uma vez que os estudos da diferenciação social do espaço ganharam importância na geografia da paisagem, surgiu o interesse na análise da espacialidade e construção da identidade. Desenvolveram-se, dessa forma, os estudos de políticas culturais sobre formas de resistência cultural, controle e contestação (Cresswell, 1996), das políticas culturais e geográficas da sexualidade, do gênero, da raça e da identidade nacional (Keith e Pile, 1993; Rose, 1993).

David Harvey é um dos mais conceituados geógrafos da atualidade (para alguns, o mais distinto geógrafo contemporâneo<sup>1</sup>), com um percurso acadêmico de mais de quarenta anos. Não sendo ele um geógrafo cultural – quase unanimemente rotulado de marxista (Castree, 2006) ou, por vezes, pós-marxista,<sup>2</sup> inclinado para as questões urbanas e, acima de tudo, para o desenvolvimento da teoria –, seu pensamento/trabalho dialético tem resultado em ideias e conceitos importantes para o desenvolvimento da geografia cultural. No entanto, parece que, se, de um lado, a geografia cultural frequentemente institui uma barreira em torno de um trabalho que, acima de todos os títulos, constitui uma afirmação e uma crítica do poder do conhecimento geográfico (Gregory, 2006), de outro, existem – e este artigo pretende evidenciá-los – percursos e posições de Harvey criticáveis do ponto de vista da geografia cultural contemporânea.<sup>3</sup>

O objetivo deste texto é empreender uma viagem pelo trabalho de David Harvey, explorando antecipações e desenvolvimentos de temas caros à geografia cultural. Essa viagem, apenas uma das muitas possíveis, parece-me quase imprescindível, pois não só a obra de Harvey pode ser vista em si como uma (não a) história da disciplina desde o final dos anos 1960, como contém, de forma mais ou menos explícita, discussões fulcrais para o desenvolvimento da geografia cultural. Este artigo percorre mais

<sup>1</sup> De acordo com Yeung (2002, apud Thrift, 2006), entre 1981 e 2002, Harvey foi citado 3.508 vezes, sendo 1.920 dessas citações atribuídas a *The condition of postmodernity* (1989). Essa quantificação, ainda que constitua apenas uma forma de contabilizar a utilidade da produção científica, ultrapassa largamente a de cientistas sociais como Michel Foucault, Bruno Latour ou mesmo Manuel Castells.

<sup>2</sup> Desde 1971, Harvey organiza anualmente (com a exceção de um ano) um grupo de leitura ou um curso sobre o volume um da obra de Marx, *Capital* (Harvey, 2000). Marx certamente atraiu Harvey por seu rigor analítico e, em suas primeiras explorações exuberantes do materialismo histórico, por algum resíduo positivista (Gregory, 1994). Mas é incorreto pensar que Harvey se limita a mecanicamente reproduzir Marx; a crítica ao capitalismo que Marx escreveu serviu de âncora a Harvey.

<sup>3</sup> Don Mitchell, em *Cultural geography* (2000), faz um amplo uso de diversas publicações de Harvey e, significativamente, encerra seu livro com uma ideia forte desse autor, referindo-se à dialética que deve existir entre a constante mutação das relações sociais e as formas relativamente permanentes de conhecimento. As forças que solidificam e resistem são parte de uma dialética entre processos sociais universais e acontecimentos particulares. Segundo Harvey (1996), o critério universal deve estar sempre aberto à negociação por meio das particularidades da diferença. Já Mike Crang, em *Cultural geography* (1998), praticamente omite Harvey em 11 capítulos dedicados à subdisciplina. A exceção é uma breve referência à ideia de Marx de “fetishism of the commodity form”, isto é, as relações obscuras entre produtores e consumidores, que Harvey desenvolveu.

de quatro décadas de obras-chave de Harvey, fazendo leituras dos temas *a paisagem e a cultura, conhecimento e representação e a matriz espacial*.

Para elaborar essa construção, recorri a diversas fontes. As primárias, os textos de David Harvey, são inúmeras, demasiadas mesmo para poder abarcá-las num texto dessa natureza. Concentrei-me, sobretudo, nas mais extensas, publicadas em forma de livro,<sup>4</sup> dando primazia ao período posterior à publicação de *The condition of postmodernity* (1989). Essa me pareceu a estratégia mais correta a adotar, porque pretendo já analisar as relações entre a obra de Harvey e o desenvolvimento da “nova” geografia cultural (embora sejam vários os pilares a que Harvey dá continuidade em sua obra). As fontes secundárias utilizadas são também abundantes. Por um lado, considero os que de forma abrangente escreveram sobre a obra de Harvey. Derek Gregory, em *Geographical imaginations* (1994), faz isso de forma notável. Já J.-P. III Jones, em *David Harvey* (2004), proporciona uma visão não tão encorpada, porém mais extensa. Recentemente, destaca-se a coleção de ensaios editada por Noel Castree e Derek Gregory, intitulada *David Harvey. A critical reader* (2006), que constitui um trabalho insubstituível para essa análise. Por outro lado, existe um conjunto vasto de textos que consideram as ideias de Harvey e são indispensáveis para abarcar as influências e críticas ao seu trabalho.

## O percurso de David Harvey

*Pelas nossas teorias, conhecer-nos-ão.*

David Harvey (1969, p. 489)

Resumir analiticamente um percurso de mais de quatro décadas de publicações consistentes e inovadoras e uma obra de milhares de páginas em meia dúzia de parágrafos é uma tarefa não só imodesta, mas também ingrata, pois abre demasiadas frentes sem ser possível, num texto dessa natureza, acorrer a explicações porventura necessárias. Correndo esse risco, optei por estabelecer, ainda que de forma introdutória, quatro grandes blocos temporais entre 1965 e 2006, que serão desenvolvidos subsequentemente em cortes temáticos.

Essas divisões artificiais podem ser ligadas pela continuidade e pelo empenho de Harvey em três registros. O primeiro relaciona-se a uma fidelidade para com a ge-

<sup>4</sup> Destaque para o livro *Spaces of capital* (Harvey, 2001), composto por 18 capítulos referentes a 14 artigos já publicados (entre 1974 e 1998), uma entrevista e três comunicações em conferências.

ografia. Ao longo de quatro décadas, Harvey (2001) tem defendido que o processo de acumulação de capital, com tudo aquilo que implica em termos culturais, sociais, econômicos e territoriais, é uma questão profundamente geográfica. Se a geografia, como defende Harvey, é demasiadamente importante para ser confiada apenas aos geógrafos, sua obra é uma afirmação do poder dos conhecimentos geográficos, nos quais os conceitos de espaço, lugar e paisagem desestabilizam e deslocam a teoria social *mainstream* ao ponto de abrirem novas perspectivas sobre o mundo (Gregory, 2006). Mas, para Harvey, a geografia não pode ser resumida a uma disciplina acadêmica. De um lado, porque uma disciplina que trata tanto de paleoecologia e morfologias desérticas quanto de pós-modernismo e geografias do gênero tem um problema de identidade; de outro, porque os conhecimentos geográficos são plurais (Harvey, 2001) e frutos do trabalho de múltiplas instituições.

O segundo registro diz respeito a uma dedicação profunda a questões teóricas. Embora a obra de Harvey seja também uma tentativa de equilíbrio entre teoria e prática – veja-se a escolha continuada dos espaços de Paris e Baltimore como lugares de modernidade, como laboratórios de estudo e compreensão das lutas sociais, como *truth spots*<sup>5</sup> (Barnes, 2006), isto é, lugares onde linguagens particulares de explicação e validação são aceitas como “verdade” –, para ele investigação intelectual significa investigação teórica, o que denota uma forte crítica a grande parte dos estudos supostamente *theoretically informed*. Nestes, segundo Harvey, a teoria não ocupa mais espaço do que na introdução e na conclusão, revestindo um estudo de caso que pouco ou nada traz dos principais teóricos citados, no qual a questão de como a teoria pode ser informada ou avançar com os casos de estudo desenvolvidos raramente ou nunca se equaciona (Harvey, 2006c). Apesar de Harvey ser “acusado” de entender que a importância da teoria reside na procura de uma grande teoria ou metanarrativa, das estruturas significativas e das tendências em longo prazo (mas, se o capitalismo é um sistema econômico que penetra todos os cantos da vida contemporânea, não deve qualquer teoria sobre o capitalismo ser total e holística, sem ser definitiva e fechada?), e de se perceber notoriamente que a obra de Harvey é mais pontuada de permanências do que de interrogações, contingências e contradições, este defende que a teoria “nunca pode providenciar uma explanação completa ou definitiva do mundo. A teoria é sempre, em todo o caso, algo que está (ou deveria estar) num processo de formação” (2006c, p. 115).

Em seu ensaio sobre Paris (Harvey, 2003a), desmarca-se da posição e do objetivo de Benjamin, relacionados a uma visão caleidoscópica e fragmentada da realidade. Para

<sup>5</sup> Harvey (2001) caracteriza sua carreira acadêmica como muito conservadora: de Bristol, foi para Baltimore: durante os seis anos em Oxford, continuou a ensinar em Hopkins e só recentemente se mudou para Nova York. Refere-se mesmo a uma lealdade para com os lugares onde esteve.

Harvey, os fragmentos (referindo-se ao *Arcades Project* de Walter Benjamin) podem ser montados num todo por intermédio de um modo de análise dialético e relacional, que pode ser representado e comunicado sem violência ou abstração excessivas. Harvey aborda a cidade como um panorama a ser analisado e entendido como um todo. Numa retrospectiva a *The limits to capital* (1982), afirma que seu objetivo era recuperar comentários fragmentados sobre espacialidade, territorialidade e geografia e tentar soldá-los numa teoria sistemática de produção do espaço, urbanização e desenvolvimento geográfico desigual.<sup>6</sup>

O último registro se liga a um compromisso contínuo que Harvey mantém desde 1973 com a intervenção política. Durante seus anos em Baltimore, envolveu-se com a política local e as lutas sociais existentes: “Compramos uma biblioteca antiga e a transformamos num centro de ação comunitária, tomamos parte em campanhas para o controle das rendas e, de modo geral, procuramos inflamar iniciativas radicais” (2001, p. 16). Em Oxford, participou ativamente da luta contra o encerramento da fábrica da Rover em Cowley.<sup>7</sup> Recentemente, tem centrado suas energias no compromisso com a escrita de textos teoricamente menos consistentes (Castree, 2006), mas social e politicamente mais comprometidos. Se suas objeções ao capitalismo se tornaram mais explícitas, viram-se também mais abstratas e moralistas. Como resultado, sua voz acadêmica e sua oposição frontal ao neoliberalismo e ao novo imperialismo americano têm perpassado para uma esfera pública muito mais alargada.

### *A ciência espacial (1965-1973)*

Coerentemente, se pretendo fazer uma viagem pela obra de David Harvey, devo iniciá-la no começo, isto é, na fase em que ele procurou aplicar metodologias das ciências naturais a problemáticas geográficas; fase caracterizada pela metodologia hipotético-dedutiva de que *Explanation in geography* (1969) é o expoente máximo. Claro que, antes dessa primeira obra de referência na evolução da disciplina da geografia, Harvey já tinha publicado alguns artigos e defendido sua tese de doutoramento (1962), dedicada às transformações do mundo rural e agrícola do século XIX em Kent, no sudeste de Inglaterra – um estudo de análise qualitativa, fruto de exaustivo trabalho de arquivo. Essa preocupação pela transformação dos padrões do uso do espaço manteve-se ao longo de praticamente toda a sua obra, embora enquadrada em projetos vários e inspirada em visões teóricas bem distintas.

<sup>6</sup> De acordo com o próprio Harvey (2004), a escrita de *The limits to capital* foi a luta intelectual mais dura que já teve.

<sup>7</sup> O resultado acadêmico desse envolvimento político foi o livro *The factory and the city: the story of the Cowley automobile workers in Oxford*, coeditado com Teresa Hayter em 1993.

Como Barnes (2006) mostra, há uma contingência, uma individualidade e uma criatividade em *Explanation in geography* (*EG*) que, em parte, são o resultado das práticas sociais e espaciais de alguém que cresceu durante a Segunda Grande Guerra, estudou em Cambridge no final dos anos 1950 e princípio dos 60 e viveu em Bristol em boa parte dessa década. Essa obra não aparece desgarrada de um contexto acadêmico e social. Cambridge era um dos vários centros da revolução quantitativa que “capturou” Harvey, que tinha um *background* ligado às letras e não às ciências. Esses contextos e localizações acadêmicas podem ajudar a explicar a significativa mudança de paradigma em Harvey.

*EG*, cujo manuscrito foi ironicamente terminado cerca de um mês depois dos acontecimentos tumultuosos de maio de 1968, incita à utilização da teoria na geografia – “by our theories you shall know us” (1969, p. 486), a teoria das ciências naturais – e representa o empenho em demonstrar de que forma as ideias de filósofos da ciência como Carnap ou Nagle podem ser úteis à geografia. A essa altura, Harvey volta sua atenção para a reformulação e a atualização das ideias de Carl Sauer sobre a evolução e a transformação da paisagem. Apesar de Harvey considerar Sauer o mais eminente geógrafo do século XX (Barnes, 2006), nessa fase de sua obra as leis, a lógica, o método hipotético-dedutivo e a verificação devem ser colocados no centro das preocupações dos geógrafos. A essa constatação, não é alheio o fato de cerca de cem páginas de *EG* serem dedicadas a problemas de matemática, geometria e probabilidades. Para Harvey, mais do que as questões colocadas pela geografia, são as metodologias usadas para responder a essas questões que constituem o problema da disciplina.

### *A justiça espacial (1973-1989)*

Passados apenas quatro anos da publicação de *EG*, Harvey iniciou na geografia a exploração da importância das abordagens marxistas na compreensão das geografias da desigualdade e da justiça social em *Social justice and the city* (*SJ*), um livro muito mais subversivo (Gregory, 2006). No momento dessa publicação, Gregory, que terminava seus estudos pós-graduados e iniciava a carreira como professor em Cambridge, revela que esse foi o primeiro livro de geografia que “sabia que não compreendia!”. Não existiam mais dificuldades técnicas, mas, sim, conceituais, que necessitavam de um envolvimento profundo com a teoria social e um reconhecimento de responsabilidades políticas e éticas.

Podemos encontrar nessa obra uma definição famosa de “imaginação geográfica”, que viria a influenciar significativamente a cacofonia de vozes que, três décadas mais tarde, preocuparam-se com as relações “local-translocal” (Castree, 2006). Deparamo-nos também com as primeiras referências de Harvey à importância dos conceitos de espaço



e lugar no desenrolar e na constituição da vida social. Seu interesse situava-se, a essa altura, no plano de uma leitura estruturalista do lugar no contexto da dinâmica da acumulação capitalista. Essa situação alterou-se a partir do final dos anos 1980, quando Harvey deu mais atenção às dimensões subjetivas do lugar, devido a um interesse pelas políticas de lugar e pela problemática da diferença, nomeadamente “diferença geográfica”. Recentemente, tem abordado o conceito de lugar com referência a uma preocupação pela justiça social e espacial, voltando assim ao tema central de *SJ*.

Obviamente, toda essa passagem de uma ciência espacial para uma geografia (proto) marxista se reveste de extrema importância para a história da geografia; *SJ* é uma obra que apenas estabeleceu a ligação. O marxismo é posicionado na interseção do positivismo, do materialismo e da fenomenologia, embora essa última posição tenha tido muito pouca atenção sustentada. O formalismo espacial desassossegava Harvey e, assim, alargou a crítica de Marx à obsessão ou devoção material<sup>8</sup> ao espaço. Como Gregory diz, “Harvey sabia que tinha que trabalhar muito mais sobre Marx” (2006, p. 7),<sup>9</sup> e todo esse trabalho foi feito ao longo de uma década, culminando em *The limits to capital* (1982), obra que procura ser mais definitiva e tem um sentido maior de clausura do que *SJ*. Se nos primeiros trabalhos de interseção entre a economia política e a geografia humana ou sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo se destacava sobretudo a história e não a geografia, na obra *The limits to capital* Harvey iniciou a delimitação dos contornos do desenvolvimento capitalista por meio da análise das formas em que este é restringido pelas paisagens sedimentadas construídas pelos sucessivos ciclos de acumulação. Esse contributo, explorado também na década de 1980 por Doreen Massey, era uma das lacunas da obra de Marx.

### *O pós-modernismo (1989-2000)*

Em 1989, Harvey já tinha se estabelecido como marxista crítico do neoliberalismo patrocinado pelo Estado. Nesse período de pouco mais de uma década, destaca-se sobretudo a obra *The condition of postmodernity (CPM)*, publicada em 1989 e extremamente bem recebida por uma audiência que vai muito além da acadêmica. Nela, Harvey elabora uma distinção entre diferentes regimes de acumulação capitalista no final do século XX e analisa uma série de paisagens culturais explícitas por meio de uma geografia histórica das representações modernas e pós-modernas do espaço. No

<sup>8</sup> *Commodity fetishism*.

<sup>9</sup> O próprio Harvey (2001, p. 10) o refere: “O que eu me apercebi após *Social justice and the city* era que eu não percebia Marx”. Harvey esteve um ano em Paris (1976-1977) com a intenção de aprender algo nas discussões dos marxistas franceses. Desiludido com os intelectuais parisienses, interessou-se por Paris como uma cidade.

momento de sua publicação, o marxismo estava sob um forte ataque não apenas de vários governos, que pretendiam destruir as políticas marxistas, mas também de *scholars* pós-estruturalistas e feministas, que desafiavam o estatuto de “classe” como a categoria primordial de diferença e a relevância das análises materialistas para a compreensão do poder. Harvey foi acusado, por exemplo, por Massey (1991) de silenciar a voz feminina, privilegiando visões masculinas, apoiando-se em generalizações infundadas e metáforas masculinas. Em sua análise do filme *Blade runner* e em sua interpretação das fotografias de Cindy Sherman (Harvey, 1989a), pode ser identificado certo voyeurismo, não sendo nunca questionada a subjetividade do autor, tema central na geografia cultural. Essa crítica por parte de algumas feministas estende-se também a autores como Soja e Tuan e à ideia do *flâneur* – desenvolvida por Certeau (1984), usada por Benjamin (1999) e acariciada por Harvey (1989a e 1989b) –, que pressupõe uma glorificação masculina da idade como lugar para o deleite das suscetibilidades dessa figura. Em todas essas abordagens, omite-se, condenavelmente, que esses prazeres também podem estar à disposição das mulheres e transmite-se uma imagem destas no espaço público como agentes vulneráveis e sob ameaça.

Essa crítica do silêncio do gênero é acompanhada por outra que remete para uma simplificação ou um reducionismo das diferenças sociais a meras diferenças de classe. Apesar de se defender argumentando que o mensageiro é culpado pela mensagem, Harvey (1992) reconhece essa deficiência em sua obra, destacando que sua falta de reconhecimento da teoria da geografia feminista tem enfraquecido seu trabalho. De certa forma, essa inflexão de Harvey<sup>10</sup> o aproximou de algumas abordagens feministas e pós-estruturalistas que analisam a produção discursiva no contexto do campo material do capitalismo e reformulam seu conceito de *diferença*, que está perto do de Donna Haraway: não é a *diferença* que importa, mas, sim, a *diferença significativa*. De acordo com Haraway, a diferença pode variar entre a espirituosa e a que constitui polos opostos de sistemas de dominação mundial.

Apesar dessa aproximação de uma maior inclusão e abertura a diferentes categorias, para Harvey o cerne das desigualdades globais sempre esteve nas classes sociais: “Se isto [crescente polarização social, crescimento de novas elites e empobrecimento de muitos que pertencem ao ‘fundo’ das sociedade] parece ser luta de classes e sente-se como luta de classes, devemos chamar-lhe luta de classes” (2006b). Seu enfoque no materialismo histórico-geográfico do neoliberalismo revela, acima de tudo, suas

<sup>10</sup> Em *Justice, nature and the geography of difference* (1996), Harvey tenta demonstrar a compatibilidade de sua abordagem marxista com o trabalho de feministas e pós-estruturalistas que buscam estabelecer ligações entre os discursos da diferença e as manifestações materiais do poder. Nessa obra e em *Spaces of hope*, o autor tenta fazer uma negociação entre teorias marxistas de solidariedade e várias correntes de teoria sobre a diferença.

preocupações com a categoria de classe. O neoliberalismo, que para Harvey se apresenta como resposta à dupla crise que surgiu em meados dos anos 1970 para as classes dominantes,<sup>11</sup> tem falhado sucessivamente na resolução da crise de acumulação, originalmente uma crise de excessiva acumulação; crise pela dificuldade de encontrar saídas lucrativas para o capital. O conceito de classe é, no entanto, visto por Harvey como fluido: as novas lutas de classes não serão mera repetição das dos anos 1960 e 70. Deve-se, então, analisar com atenção os conceitos de formação e re formação de classe.

A *CPM* representa uma análise mais profunda do que aquela que Marx poderia ter feito no século XIX e constitui a primeira resposta de Harvey à transformação pós-moderna e pós-estruturalista na teoria social e nas artes; é um inequívoco desafio para que esses intelectuais tracem uma estratégia a propósito das misérias humanas criadas pelo capitalismo. Nas palavras de Harvey: “Meu impulso foi de impaciência. Subitamente havia toda essa conversa sobre o pós-modernismo como uma categoria para compreender o mundo, deslocando e submergindo o capitalismo” (2001, p. 13). Harvey ataca a forma quase simplista que alguns usam para sugerir que o regime fordista foi substituído pela acumulação flexível e defende que empiricamente não há evidências de tal substituição. O *downsizing*, ou o proliferar de contratos temporários, tem criado algumas das condições sociais para a fluidez e a insegurança de identidades que tipificam o que pode ser apelidado de pós-modernidade, mas o fordismo persiste em largas áreas industriais (Harvey, 2001). Para Harvey (1989a), o pós-modernismo pode ser uma moda intelectual interessante, mas é o marxismo que se preocupa com os problemas reais existentes e, nessa posição, não está sozinho: Cindy Katz (2006), sua grande admiradora e crítica, concorda plenamente que ainda hoje é o marxismo que oferece a melhor forma de compreender as relações sociais, as práticas sociais materiais e contradições do capitalismo. No entanto, o marxismo não tem a última nem sequer a única palavra sobre como confrontar todas as formas de poder e domínio, mesmo que estas intersectem a exploração das classes (Katz, 2006).

Na discussão em torno da condição da pós-modernidade, Harvey oferece uma análise da construção do lugar sob as condições da globalização. Apoiando-se nas ideias de Lefebvre, explora a forma como os lugares enquanto objetos materiais são construídos e vividos, são representados em discursos e são usados como representações de si próprios, relacionando essas transformações de identidades culturais a processos de compressão espaço-tempo que encorajam a homogeneidade e a diferença (ver “A matriz espacial”, adiante). Nesse processo, Harvey nos direciona para o modo como as

<sup>11</sup> Por um lado, o capitalismo se defrontou com uma “crise de acumulação” – o sistema estava se estagnando e os lucros declinaram em relação ao que foi conseguido imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. Por outro, novas e crescentes vagas de lutas trabalhadoras durante os anos 1960 e 1970 ameaçaram o poder político das classes dominantes.

noções de lugar são cada vez mais (e não menos) importantes num período de globalização, defendendo que a alegada especificidade dos lugares é crítica na perpetuação de processos espaciais de acumulação de capital. Nesse contexto, o contributo dado por Harvey ao uso dos conceitos de espaço e lugar é claro, ao explorar as relações de dominação e resistência que acontecem em diferentes espaços. Isso constitui uma corrente que destaca a importância do espaço enquanto socialmente produzido e consumido, ao que se junta outra tradição humanística, que destaca o “sentido de lugar” e as experiências e vivências do espaço.

*Justice, nature and the geography of difference (JNGD)*, publicado em 1996, é, segundo Harvey, “o livro menos coerente que já escrevi” (2001, p. 17). E, até certo ponto, a obra *Spaces of hope (SH)*, publicada em 2000, pode ser vista como uma clarificação da primeira. Em *JNGD*, Harvey tentou combinar *body-talk* pós-estruturalista, feminista e pós-moderna com *globalisation-talk* marxista, modernista e estruturalista. Essa congregação musculada, valendo a Harvey críticas por parte de Eagleton de um regresso a Humboldt numa tentativa de abarcar o cosmos (ver a resposta em Harvey, 1998), resultou em formulações teóricas algo difusas; mas o objetivo, tal como Harvey explica em *SH*, foi explorar precisamente as consequências políticas e intelectuais de fazer essa mesma ligação de forma a atingir a questão sensível da relação entre o “particularismo” e a “universalidade” na construção do conhecimento e da prática política.

### *O imperialismo (2000-2006)*

Esse período pode ser dividido em duas partes. Cronologicamente, primeiro situa-se a obra *SH*, que, como referido, clarifica em parte *JNGD*. Em segundo lugar, identifica-se um conjunto de obras que pretendem explorar as paisagens neoliberais e os efeitos de um novo imperialismo americano. Em *SH*, Harvey analisa de maneira interessante um tema caro aos “pós-modernos”: “o corpo como uma estratégia de acumulação”. Essa aproximação, que pode ser identificada em pensadores pré-socráticos – que viam o corpo como a “medida de todas as coisas” –, deve-se a certo desencanto e falta de confiança noutras categorias estabelecidas e escalas de análise. A ênfase é colocada nas forças estruturais do capitalismo que produzem o espaço e, por extensão, escalas. Harvey (2000) tenta aproximar-se da discussão do papel que escalas menores do que a urbana têm nas práticas sociais materiais e na construção do espaço. O corpo permite, assim, uma oportunidade para fazer uma reavaliação das bases epistemológicas e ontológicas de todas as formas de pesquisa. Mas essa permissão, argumenta Harvey (2000), contém uma contradição: o retorno ao corpo humano como fonte de todas as experiências (incluindo o espaço e o tempo) é visto como modo de desestabilizar o conjunto

de abstrações (científicas, sociais, políticas e econômicas) pelas quais as relações sociais, as relações de poder, as instituições e as práticas materiais se definem, se representam e se regulam; nenhum corpo está fora dos processos sociais de determinação. Se agora somos todos *docile bodies* ou *ciborgues*,<sup>12</sup> como pode o corpo ser uma “medida de todas as coisas”?

Harvey defende, seguindo de perto Marx, que as exigências da produção capitalista levam os limites do corpo trabalhador (suas capacidades e possibilidades) em direções contraditórias.<sup>13</sup> Estando o capitalismo relacionado com a produção de um novo tipo de corpo trabalhador (Gramsci, 1971), cujos limites são explorados por um conjunto de ciências da engenharia, que resulta numa divisão hierárquica (competências, autoridade, funções manuais ou mentais etc.) do “corpo coletivo” e numa instabilidade permanente (*skilling, deskilling, reskilling*), resta saber de que forma a diferenciação é feita, usando outros sinais como a etnicidade, a idade ou o gênero.

Nos últimos anos, Harvey tem-se dedicado à análise das paisagens crescentemente hostis criadas pelo capitalismo global e pelo imperialismo (sobretudo o norte-americano), o que ele apelida de “mantra oficial do governo de Bush” sobre o termo travestido “liberdade” (Harvey, 2006c). Como essa é atualmente uma das áreas mais vanguardistas da geografia cultural, as preocupações de Harvey com as novas formas de imperialismo têm sido centrais para a discussão interna da subdisciplina. Suas últimas publicações – *The new imperialism* (2003b), *A brief history of neoliberalism* (2005) e *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development* (2006c) – demonstraram um marcado cunho global com as preocupações de compreender o espaço e a paisagem e deram continuidade às explorações do significado do espaço na sociedade contemporânea, sob os fortes condicionalismos do neoliberalismo.

Por todas as circunstâncias de transformação no mundo, defender Marx após 1989 soava “cada vez mais um mais que extinto dinossauro choramingando seus últimos ritos” (Harvey, 2000, p. 5). Harvey retruca seus críticos argumentando que hoje em dia ninguém mais lê Marx, independentemente de este ser relevante ou não, porque ele é alguém que figura em determinada categoria quando “nós” somos “pós”. Para Harvey, a defesa da posição de que o marxismo, que supostamente muitos articulam com a União Soviética e a China, relaciona-se sobretudo com o capitalismo, flagrante

<sup>12</sup> Segundo Foucault (Harvey, 2000), desde o século XVIII os corpos são transformados em corpos dóceis devido ao crescimento de poderosos aparelhos de interdisciplina; de acordo com Haraway (Harvey, 2000), nossos corpos são agora complementados por máquinas, havendo assim uma extensão maquinal dos corpos orgânicos.

<sup>13</sup> De um lado, corpos saudáveis são exigidos, enquanto deformidades e doenças são produzidas. De outro, a educação e a flexibilidade são importantes, mas não devem conduzir a uma liberdade de pensamento (Harvey, 2000).

nos Estados Unidos, não consegue esconder um acentuado alheamento ao colapso do comunismo, um forte eurocentrismo e uma ênfase em áreas metropolitanas. Essa posição, criticada por vários e admitida pelo próprio Harvey (2001), tem sido corrigida por meio de uma maior atenção a outras partes do mundo, embora sempre com um ponto de vista ocidental. Acusado de privilegiar o Norte global e as conjunturas metropolitanas da acumulação flexível e pós-moderna, em *The new imperialism (NI)* Harvey mostra-se mais sensível à localização de alguns dos mais desumanos e cruéis incidentes de acumulação por despojamento nas regiões mais vulneráveis e degradadas do planeta.

Nessa obra, significativamente traduzida para português,<sup>14</sup> Harvey continua sua viagem do uso do materialismo histórico-geográfico para tentar entender o desenvolvimento desigual do capitalismo; nesse caso, levado já a um extremo imperialista. Ele desenvolve o conceito de “acumulação por despojamento” (*accumulation by dispossession*),<sup>15</sup> central no contexto do capitalismo global. Em vez do *cultural turn*, centra-se no *neoliberal turn*, processo ou condição fundamental para a ocorrência do primeiro. Para Harvey (2006c), a missão fundamental do Estado neoliberal é “criar um bom ambiente de negócios”, otimizando as condições para a acumulação de capital independentemente das consequências para o emprego e o bem-estar social. O autor defende também que os valores associados ao neoliberalismo têm sido projetados para o mundo pelos líderes americanos com considerável apoio público, como se fossem universais e supremos; tais valores seriam importantes porque constituiriam o cerne da “civilização” (novamente, e de acordo com Harvey, como o termo “liberdade”, essa ideia é travestida pela administração Bush). Harvey fornece um forte contributo para a compreensão do papel de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) ou o Banco Mundial e defende que é necessária uma desconstrução dos discursos e comportamentos desses poderes, que não são democráticos – aliás, são antidemocráticos – e não têm a quem prestar contas.

No entanto, a argumentação de Harvey permanece largamente abstrata, prestando mais atenção aos eventos políticos dentro dos Estados Unidos do que às múltiplas formas de como a acumulação por despojamento é implementada e de como se criam mecanismos de resistência em várias partes do mundo. A dedicatória que Harvey fez aos jornalistas em *SJ*, há mais de trinta anos, está um pouco “esquecida”: o papel das

<sup>14</sup> São Paulo: Edições Loyola, 2004. A mesma editora publicou *Condição pós-moderna (CPM)* (São Paulo, 1993) e *Espaços de esperança (SH)* (São Paulo, 2004). A editora Annablume publicou *A produção capitalista do espaço (SC)* (São Paulo, 2005).

<sup>15</sup> Harvey (2003b) se refere a um comportamento predatório das elites político-econômicas que lhes permite aumentar seus benefícios à custa dos mais desfavorecidos e da classe média, implicando um núcleo de práticas favoráveis ao desmantelamento de direitos por meio de privatizações, da abolição de programas sociais, da desvalorização periódica de ativos, entre outros processos.

etnografias críticas em territorializar/contextualizar no mundo e desnaturalizar a violência, cujos contornos Harvey esboça com tanta precisão clínica, é marginalizado em *NI* e mesmo em *Brief history of neoliberalism*. O Afeganistão, a Argentina, o Chile, a China, a Índia ou o Iraque surgem sempre numa escala macroagregada. Os espaços de esperança e as forças que de todos os lados se devem unir permanecem, dessa forma, muito abstratos.

## Paisagem e cultura

*É inegável que a cultura se tornou  
algum gênero de mercadoria.*  
David Harvey (2001, p. 394)

O estudo de Harvey (1979, 1985 e 2003a) sobre o momento histórico da construção da basílica de Sacré-Coeur em Paris, sua única contribuição empírica ostensiva, ilustra o poder da paisagem como símbolo de comemoração e lembrança perpétua. Para Harvey, o monumento e o contexto político e geográfico no qual este foi concebido e erguido (finais do século XIX) escondem mais do que revelam. A ideia de paisagem como um texto é brilhantemente explorada por Harvey, e a leitura desta só é possível ao se investigarem as relações entre o culto do Sagrado Coração, a monarquia reacionária do *Ancient Régime*, a história e a política da Comuna parisiense. Harvey rapidamente destrói qualquer sentimento romântico sobre o monumento, ao desvendar que sua presença comemora a derrota da revolta da Comuna de Paris, em 1871. Esse é um monumento ao triunfo dos valores da burguesia, da ascensão do poder de direita do clericalismo.

Harvey defende, e é seguido por inúmeros geógrafos culturais, que, por mais místicas e abstratas que possam ser as representações de paisagem de determinados lugares, seus significados devem ser procurados num conjunto de relações sociais que podem ser delineadas. Ainda nos anos 1970, e antecipando em parte os trabalhos de Duncan (1990) e de Barnes e Duncan (1992), Harvey nos mostra, em paralelo com Lefebvre, que a paisagem é um gênero de espaço produzido, representado e vivido e que a produção dela não pode ser divorciada do modo e do objetivo de sua representação. Como defende Zukin (2006), mesmo antes de lermos Lefebvre, aprendemos de Harvey que a produção do espaço, de edifícios e quarteirões é um processo tão material quanto social, não apenas em termos sociológicos (em que pessoas com os mesmos

interesses vão viver juntas), mas sobretudo em termos de interesses individuais econômicos e políticos.

Apesar do renascer da geografia cultural a partir dos anos 1980, a reabilitação do conceito de paisagem por parte de Harvey tem um percurso próprio e, num período inicial, limitado. Ele praticamente nunca se interessou pelas dimensões óticas ou estéticas da paisagem e assumiu sempre uma quase total coincidência entre o conceito de paisagem e a ideia de paisagem da acumulação material. A paisagem como “forma de ver” (Cosgrove e Daniels, 1988) ou o estudo de representações que flutuam no ar (prática criticada e ligada à geografia cultural dos anos 1980 e 90) nunca foram abraçados por Harvey. O *cultural turn* e o *postmodern turn*, adverte Harvey (2006a), focam demasiadamente o relacional e o vivido, como se o material e o absoluto não interessassem; a dialética na divisão tripartida de espaço (semelhante à de Lefebvre) nem sempre é mantida em tensão (ver “A matriz espacial”, adiante).

A ideia de paisagem da acumulação material leva claramente a um conceito e a uma experiência de cultura no contexto das transformações ocorridas nas sociedades nas últimas décadas. Nesse sentido, Harvey teve papel importante na reconceitualização do uso do conceito de cultura na geografia, sobretudo por meio da obra *CPM*. As mudanças culturais profundas, bem como as práticas da economia política registradas em torno do ano de 1972, trouxeram formas novas dominantes de vivência do espaço e do tempo. Harvey (1989a), melhor do que ninguém, explica como, no mundo contemporâneo, a cultura não é um domínio fechado, mas uma indústria. É no campo do dinheiro e das mercadorias (*commodification*) e na circulação do capital que devemos tentar desvelar a complexidade da cultura. Esta não se reduz ao dinheiro e ao capital; no entanto, não podemos separar seu entendimento dessa esfera, pois é por meio da produção que a ideia de cultura circula. Dessa forma, chegamos à ideia de que a cultura é um sistema de poder totalmente integrado à economia política, e os significados devem ser sempre relacionados com o mundo material de onde derivam.

A análise que Harvey faz da função do espetáculo na cultura pós-moderna merece destaque nesse contexto. Em *CPM*, ele sugere que os extravagantes e imponentes redesevolvimentos pós-modernos de muitas cidades ocidentais, incluindo pavilhões e praças, torres de escritórios e complexos de apartamentos, centros comerciais e equipamentos de lazer, desempenham um papel bem testado de controle social de “pão e circo”. Os novos espaços urbanos de Baltimore ou Londres mostram bem como o espetáculo pós-moderno cuidadosamente produzido está intimamente ligado à lógica do capitalismo contemporâneo pelo fato de que a máscara agradável e regenerada desses espaços esconde as lógicas de produção que lhe subjazem. A pós-modernidade é, assim, produto cultural de um novo capitalismo flexível.



## Conhecimento e representação

Um dos pontos interessantes da obra de Harvey, que toca de forma manifesta no âmago das preocupações dos geógrafos culturais, liga-se à sua concepção da ideia de conhecimento(s) geográfico(s). Este, à luz da obra de Harvey pós-*SJ*, remete a uma perspectiva “ativista” do conhecimento, com múltiplos pontos de emergência, e tem seu momento de partida na assunção de que o processo político e econômico abrangente, que denominamos de globalização, tem dependido fortemente da acumulação de determinados conhecimentos geográficos (Harvey, 2001).

À semelhança dos entendimentos tidos no seio da geografia cultural, Harvey defende que o conhecimento não é um simples reflexo de um mundo material que se impõe sem consequências na mente humana, mas, acima de tudo, uma construção social com alguma autonomia face às realidades representadas. O conhecimento deve ser percebido como estando a serviço de determinados interesses, fazendo parte de projetos políticos visivelmente implicados na organização de relações de poder. Os conhecimentos geográficos e as imaginações geográficas de aparelhos do Estado, do Banco Mundial, do Pentágono e da CIA, do Vaticano, dos *media*, do público em geral, das organizações não governamentais (ONGs), da indústria do turismo, das corporações multinacionais, das instituições financeiras etc. revelam-se muito pouco ingênuos. Esses conhecimentos geográficos, que muitas vezes são tingidos em virtude de seus fins instrumentais, não devem ser descartados como irrelevantes ou demasiadamente contaminados, mas, sim, analisados à luz das circunstâncias de sua origem e, se possível, transformados ou traduzidos de modo a desempenhar diferentes funções. A relação de todo esse corpo de conhecimentos geográficos, produzido por um vasto conjunto de instituições, com o conhecimento geográfico acadêmico enquanto conhecimento de uma disciplina diferenciada é, assim, complexa e mesmo problemática. Apesar disso, quão frequentemente a disciplina geografia questiona e avalia a produção de conhecimento geográfico em diferentes instituições?

Por outro lado, Harvey vê a produção do conhecimento como base para movimentos de resistência e, nesse âmbito, defende que a grande qualidade do marxismo enquanto corpo de conhecimento é constituir uma crítica ao capitalismo. Ele aspira, desse modo, a que seu trabalho seja entendido como forma de *situated knowledge* na perspectiva da classe trabalhadora, isto é, um conhecimento colocado na posição de quem não tem o controle dos meios de produção. No entanto, e ao contrário de Gramsci, por exemplo, e de muito do trabalho da corrente feminista e pós-colonialista contemporânea, Harvey não se autoexplica, ou seja, não considera a forma como sua posição e localização acadêmica interferem na criação de suas ideias e viajam até a fronteira do não acadêmico, optando por se posicionar num sítio ao qual não pertence. Não

questiona mesmo a economia política e moral da vida universitária ocidental. A causa e a defesa do conhecimento desse “lado da barricada” são minadas justamente por existirem múltiplos planos do que é “estar do outro lado”: há inúmeros “particularismos militantes”, como Harvey reconhece recentemente (por exemplo, em *SH*), seguindo Raymond Williams, e não uma consciência de classe e um tipo de ação de classe. Ironicamente, esse reconhecer da fragmentação da ideia de classe acaba por encurralar a teoria crítica de Harvey num beco sem sujeito.

Ao mesmo tempo, essa posição de que reconhecimento não só representa, mas também intervém, pode ser resumida no sentido de que o conhecimento é construído e tem consequências. Se é certo que se pode apontar e mesmo criticar que o caminho que Harvey escolheu é, sobretudo, o acadêmico (permeado de algumas lutas políticas de esquerda em sua vida privada, de uma investida no início dos anos 1990 numa série de programas sobre as cidades contemporâneas para a BBC Rádio 4), dirigindo-se a um público específico e numa linguagem acadêmica, optando por não veicular suas ideias em colunas de jornais ou meios que chegam a mais pessoas (ao contrário de John Pilger, por exemplo, que foi importante no relato e na denúncia de situações de exploração, no massacre em Timor Leste e outros locais), alguns de seus livros foram excepcional e talvez inesperadamente bem aceitos pelo público: *The condition of postmodernity*, *The new imperialism* e *Spaces of capital*.

Harvey destaca a ausência (ressalva seja feita aos trabalhos de relação entre o conhecimento geográfico e a construção do Império) de atenção crítica às formas como os vários conhecimentos geográficos gerados por um conjunto vasto de instituições atravessam a estrutura da disciplina geográfica nos debates sobre a natureza da geografia. Releva o esquecimento (não questionando seu próprio esquecimento) de todo o trabalho de Foucault sobre o modo como o conhecimento, o poder e as instituições se abraçam de maneiras particulares, estendendo-se também essa ausência à importância dada por Foucault às práticas de disciplina, vigilância e castigo no funcionamento de todas as instituições: da prisão e da fábrica ao Banco Mundial e à universidade. Dessa forma, o estudo dos poderes militares, das operações secretas, das estratégias multinacionais, bem como das práticas de várias instituições internacionais, tem sido largamente ignorado. Isso evidencia também a falta de estudos críticos sobre os conflitos profundos que resultam da produção de diferentes versões geográficas por parte de diversas instituições (*Greenpeace versus Banco Mundial*), com vistas à persuasão política do público. Os conhecimentos geográficos ocupam uma posição central em todas as formas de ação e luta política. Seu poder reside no fato de que, ao serem considerados óbvios e banais, não merecem atenção explícita, muito menos uma inspeção cuidada. O caminho alternativo que Harvey aponta – alternativo à impossibilidade de nós, como geógrafos, ousarmos percorrer o caminho de sabermos

tudo sobre todos os lugares, tornando-nos utópicas enciclopédias móveis – descreve-se como tentativa de perceber os princípios e mecanismos da produção de conhecimento geográfico, como estes são constituídos e postos em uso na ação política. É necessário reconhecer as ligações dinâmicas entre poderes políticos e conhecimentos geográficos de natureza distinta.

## A matriz espacial

Apesar do corte epistemológico entre *EG* e as obras pós-*EG*, é naquela obra de 1969 que Harvey resgata a forma tripartida usada em *SJ*. Seu entendimento do espaço-tempo (Harvey, 1973) incluía um espaço absoluto (de Newton, Descartes e Kant; uma coisa em si mesma, com uma estrutura, na qual as incertezas e ambiguidades são banidas; um receptáculo passivo e neutro à ação social); um espaço relativo (de Einstein e das geometrias não euclidianas, percebido como as relações entre diferentes objetos, como espaço visto de distintas posições; sendo ainda um receptáculo, já não é indiferente ao que lá acontece); e um espaço relacional (de Leibniz, outra forma de espaço relativo, com espaço contido em objetos no sentido de que um objeto só existe na medida em que contém e representa dentro de si próprio relações com outros objetos).

Para Harvey, o espaço relativo e o espaço relacional não podem ser dissociados do tempo. Mas esse último internaliza influências externas em processos específicos ao longo do tempo. A sala de conferência no Rio de Janeiro<sup>16</sup> existe num espaço e num tempo absolutos que são fáceis de precisar (as paredes da sala e o tempo da palestra), e as pessoas que estão lá se encontram num espaço absoluto definido pelo lugar onde se sentam. Existe também num espaço relativo face a outros espaços, departamentos, universidades, partes da cidade etc., e as pessoas se encontram num espaço relativo, umas em relação às outras – o orador de um lado e os participantes de outro; uns ouvem melhor e outros, nas filas de trás, quase nada. O que se passa na sala visto através de um espaço absoluto e de um espaço relativo é muito diferente. Finalmente, ela existe também num espaço relacional, composto por todas as geografias, percepções e ideias que várias pessoas trazem em determinado momento de tempo. Múltiplas trajetórias individuais estão presentes: alguém que não para de pensar na discussão que teve no café da manhã, alguém que não consegue esquecer as imagens de violência transmitidas na televisão no dia anterior etc. As concepções relacionais de espaço e tempo, defende Harvey (2006a), trazem-nos para o ponto no qual a matemática, a poesia e a música convergem e, talvez, se fundem.

Há, portanto, uma liminalidade acerca da espacialidade resultante de nos situarmos nas três dimensões de compreensão do espaço. A identidade é um conceito claro

<sup>16</sup> Reflexão transposta de Harvey (2006a).

quando nos situamos no espaço absoluto, mas se complica no espaço relativo e mais ainda no relacional. A dupla consciência de ser negro e americano (Du Bois in Harvey, 2006c) pode ser “complicada” perguntando-se: “O que quer dizer ser americana, negra, mulher, lésbica e trabalhadora?”. A essas dimensões, podem acrescentar-se outras, como a dos imigrantes, de grupos de diásporas, de turistas e viajantes, de todos aqueles que observam os *media* globais contemporâneos e filtram ou absorvem parcialmente a multiplicidade de mensagens. A questão que Harvey coloca liga-se à forma como todas essas relações entram na consciência política do sujeito.

Para Harvey (2006c), determinados temas, como o papel político das memórias coletivas nos processos urbanos, só podem ser compreendidos por meio do estudo de seus espaços relacionais. Posicionar as memórias coletivas num espaço absoluto – situando-as num mapa ou grelha – ou tentar perceber sua circulação de acordo com as regras, mesmo sofisticadas, do espaço-tempo relativo não chega. O pensar em termos de espaço relacional é a única forma que nos pode dar algumas respostas à pergunta: “O que significam a Praça de Tiananmen ou o ‘Ground Zero?’”. O que Harvey nos indica, e mantém há mais de trinta anos, é que, apesar de não ter uma resposta ontológica para esse problema, pensa no espaço (espaço-tempo) como algo absoluto, relativo e relacional. Se for a natureza do fenômeno em estudo que deve “ditar” o uso de uma ou outra concepção de espaço, o interessante é que os três conceitos sejam mantidos em tensão dialética (ou trialética), pensando constantemente no cruzamento entre eles.

Essa visão tripartida de espaço de Harvey é anterior à publicação do entendimento da produção do espaço de Lefebvre em 1976, largamente difundida na geografia, sobretudo na “nova” geografia cultural, após sua tradução para o inglês, em 1991.<sup>17</sup> Os espaços materiais (o mundo tátil da interação sensual com materiais), as representações do espaço (espaços conceituais em palavras, gráficos, mapas, fotografias, em tentativas de se chegar a representações mais ou menos apropriadas e precisas) e os espaços de representação (imaginações, medos, emoções, fantasias e sonhos constituintes da forma como vivemos o espaço) também não são hierarquizados, estando igualmente em tensão dialética. Recentemente, Harvey (2006c) propôs, numa primeira fase, um cruzamento entre “seus” espaços – absoluto, relativo e relacional – e os de Lefebvre, constituindo uma matriz por onde se pode navegar pensando de forma dialética. Em minha interpretação, o objetivo não é mais do que mostrar que as categorias de Harvey e Lefebvre funcionam de modo idêntico. Pelo meio, Harvey admite que a tradição

<sup>17</sup> Harvey (2006c, p. 131) afirma criticamente que usa a divisão tripartida de Lefebvre não por ela constituir, como muitos teóricos culturais e literários dizem, a origem de todo o pensamento sobre produção do espaço, mas por ser mais conveniente do que as categorias que Cassirer (em quem Harvey e, segundo este, Lefebvre se basearam) estabeleceu (espaços orgânicos, perceptíveis e simbólicos) numa obra que remonta a 1944 (ver Harvey, 1973).

marxista nunca esteve profundamente implicada nessa forma de pensar o espaço, o que significou uma perda de possibilidades para certos tipos de políticas transformativas; uma maneira de abordar criticamente as falhas das práticas de planejamento socialista é analisar os modos de pensar o espaço e o espaço-tempo e seus papéis desnecessariamente limitadores e constrangedores (Harvey, 2006c).

Numa segunda fase, sem nunca desistir de Marx (mesmo quando o marxismo se revela decepcionante), Harvey defende-o como um pensador “relacional” e faz um cruzamento dos espaços absoluto, relativo e relacional (coluna) com os espaços materiais, as representações de espaço e os espaços de representação (linha), preenchendo a matriz com os conceitos de “valor de uso”, “valor de troca” e “valor”, apresentados no primeiro capítulo da obra *Capital* (quadro 1). A primeira categoria pode ser equacionada com o espaço e o tempo absolutos: trabalhadores, máquinas, fábricas, estradas, casas, processos de trabalho e despesas de energia. A segunda pertence aos espaços relativos, pois as trocas implicam movimentos de mercadoria, dinheiro, capital, mão de obra por meio do espaço e do tempo. Valor é uma relação social, imaterial, que podemos tentar perceber pelas formas particulares como as relações materiais são estabelecidas entre pessoas e as relações sociais são construídas entre objetos. Surpreendentemente, destaca Harvey, o conceito mais fundamental de Marx é imaterial, mas objetivo, podendo apenas ser medido por seus efeitos. Essas três dimensões do marxismo também devem ser entendidas em permanente dialética: “São as mudanças nas condições de trabalho na China, mediadas através dos processos de trocas no espaço relativo, que transformam o valor enquanto relação social, de forma a levarem ao encerramento do processo concreto de trabalho no México” (Harvey, 2006c, p. 144). As leituras da matriz complicam-se claramente quando deixamos de lê-la ao longo da primeira coluna.

Evitando multiplicar leituras por meio da matriz Harvey/Marx, que constitui mais um exercício mental que tenta ilustrar a abundância de possibilidades de leituras do que uma categorização e formas de relações espaço-tempo, sugiro que a mesma assiste Harvey a afirmar dois pontos essenciais para além do já referido: não devemos esquecer a mobilidade entre as várias “células” da matriz, a fim de não dar hegemonia a qualquer uma das dimensões da espacialidade, e, sobretudo, não devemos “esquecer” a materialidade do mundo. O debate de ideias e designs expressivos da relacionalidade do Ground Zero não pode ser interminável, e em dado momento algo tem de ser materializado no espaço e no tempo absolutos. Apesar de a forma material estar sempre aberta a uma reconceitualização, no sentido de que as pessoas poderão aprender a viver o sítio de forma distinta, a profunda materialidade da construção no espaço e no tempo absolutos carregará consigo seu peso e sua autoridade. É por meio da reivindicação do espaço em público, da criação de espaços públicos, que os grupos sociais se tornam eles mesmos públicos (Mitchell, 2000). Harvey (2006c) sugere que, na mesma medida

em que os geógrafos tradicionais positivistas limitaram sua visão por se concentrarem exclusivamente no absoluto, no relativo e nos aspectos do espaço-tempo material e conceptual, descartando o vivido e o relacional, também hoje acadêmicos, incluindo geógrafos, associados à inflexão cultural e pós-moderna, caem no perigo de habitar apenas no relacional e no vivido, como se o material e o absoluto não fossem importantes. É somente quando a relacionalidade se liga aos espaços e tempos absolutos da vida social e material que a relevância política transparece, permitindo, assim, aos geógrafos uma participação ativa nas desigualdades globais que estamos criando.

## Epílogo

*David Harvey continua a ser uma absoluta inspiração.*

Noel Castree (2006, p. 268)

Precursor numa tradição de trabalhos geográficos que se debruçam essencialmente sobre problemáticas como a injustiça social face à globalização do mundo, Harvey tem antecedido e revelado diversas ideias mais tarde desenvolvidas no campo da geografia cultural. Ao mesmo tempo, tem sido crítico de posições na geografia cultural (de Carl Sauer, no final dos anos 1960, até alguns tipos de pós-modernismo, recentemente). Diversos aspectos de seu trabalho (sua insistência em Marx, a redução da diferença à categoria “classe” etc.) têm merecido fortes críticas, o que provocou a constituição, dessa forma, de um *corpus* de ideias e materiais (críticas e respostas) importantes para a evolução da disciplina e, em particular, para a geografia cultural.

Quadro 1 – Matriz de espacialidade

	Espaço material (espaço experimentado)	Representações do espaço (espaço conceptualizado)	Espaços de representação (espaço vivido)
Espaço absoluto	Mercadorias úteis, processos de trabalho concreto, notas e moedas (dinheiros locais?), propriedade privada/fronteiras estatais, capital fixo, fábricas, ambientes construídos, espaços de consumo, filas de piquete, espaços ocupados (lugares), tumultos da Bastilha ou do Winter Palace...	<b>Valores de uso e trabalhos concretos</b> Exploração no processo de trabalho (Marx) <i>versus</i> trabalho como um jogo criativo (Fourier); mapas de propriedade privada e exclusão de classe; mosaicos de desenvolvimentos geográficos desiguais.	Alienação <i>versus</i> satisfação criativa; individualismo isolado <i>versus</i> solidariedades sociais; lealdades para com lugares, classes, identidade; injustiça; falta de dignidade.

<p>Espaço relativo (tempo)</p> <p>Espaço relacional (tempo)</p>	<p>Trocas de mercado; comércio, circulação e fluxos de mercadorias, energia, mão de obra, dinheiro, crédito ou capital; movimentos pendulares e migratórios; depreciação e degradação; fluxos de informação e agitação do exterior.</p>	<p><b>Valores de troca (valor em movimento)</b></p> <p>Esquemas de acumulação; cadeias de mercadorias; modelos de migração e diáspora; modelos <i>input-output</i>; teorias de “fixos” espaciotemporais; aniquilação do espaço por meio do tempo; circulação de capital pelos ambientes construídos, formação dos mercados globais, redes; relações geopolíticas e estratégias revolucionárias.</p>	<p>Dinheiro, fetiche por mercadorias (desejo perpetuamente frustrado); ansiedade (estimulante, por vezes); compressão do espaço; instabilidade; insegurança; intensidade de ação e movimento <i>versus</i> repouso; “tudo que é sólido derrete-se no ar...”.</p>
	<p>Processos abstratos de trabalho; capital fictício; movimentos de resistência; manifestações súbitas e irrupções expressivas de movimentos políticos (antiguerre, 1968, Seattle etc.); “o espírito revolucionário mexe...”.</p>	<p><b>Valor monetário</b></p> <p>O valor como tempo de trabalho socialmente necessário; como trabalho humano congelado em relação ao mercado mundial; leis do valor em movimento e o poder social do dinheiro (globalização); esperanças e medos revolucionários; estratégias de mudança.</p>	<p><b>Valores</b></p> <p>Hegemonia capitalista (“não há alternativa”); consciência proletária; solidariedades internacionais; direitos internacionais; sonhos utópicos; empatia com os outros (“outro mundo é possível”).</p>

Fonte: Harvey (2006a, p. 143).

Para alguns (Mitchell, 2000), a geografia cultural perdeu seu ímpeto crítico original e pede agora uma agenda mais politizada. Para outros (Hamnett, 2003; Jackson, 2000; Philo, 2000), o objeto intangível de alguns geógrafos culturais levou mesmo a uma diminuição da relevância da geografia humana, notando-se um menosprezo pelas geografias materiais que estão por trás dos mundos sociais. Essa substancial linha de pensamento, longe de ser conclusiva, mostra a importância das relações entre as geografias culturais, os contextos sociopolíticos e as políticas do conhecimento que produzimos, disseminamos e consumimos (Arkinson et al., 2005). Mas não é isso que David Harvey tem feito nas últimas décadas?

No entanto, e em linha com Mitchell (in Gregory, 2006), devemos prosseguir essa viagem pela obra de Harvey com alguma cautela: lê-lo é um exercício que começa com o estar-convencido-por-sua-argumentação, a que se segue a tarefa árdua de saber por que não devemos estar convencidos! Paradoxalmente, após completar o círculo, Harvey volta-se para Sauer, reconhecendo sua atração pelo trabalho de um geógrafo singularizado por certo “anti-imperialismo” e por uma simpatia e dedicação a povos indígenas, em oposição aos colonizadores.

## Referências

David Harvey

### Artigos

- “Monument and myth”. *Annals of the Association of American Geographers*, 1979, v. 69 (3), pp. 362-81.
- “Postmodern morality plays”. *Antipode*, 1992, n. 24 (3), pp. 300-26.
- “The Humboldt connection”. *Annals of the Association of American Geographers*, 1998, v. 88, pp. 723-30.
- “Retrospect on *The limits to capital*”, *Antipode*, 2004, n. 36, pp. 544-9.
- “Space as keyword”. In CASTREE, N. e GREGORY, D. (orgs.). *David Harvey. A critical reader*. Oxford: Blackwell, 2006a.
- “A war waged by the wealthy”. Entrevista concedida a Joseph Choonara. Disponível em <http://www.socialistreview.org.uk/article.php?articlenumber=9655>, 2006b.

### Livros

- Explanation in geography*. Londres: Edward Arnold, 1969.
- Social justice and the city*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.
- The limits to capital*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- Consciousness and the urban experience*. Oxford: Blackwell, 1985.
- The condition of postmodernity: an enquire into the origins of cultural change*. Oxford: Blackwell, 1989a.
- The urban experience*. Oxford: Blackwell, 1989b.
- Justice, nature and the geography of difference*. Oxford: Blackwell, 1996.
- Spaces of hope*. Edimburgo: University Press, 2000.
- Spaces of capital: towards a critical geography*. Edimburgo: University Press, 2001.
- Paris, capital of modernism*. Londres: Routledge, 2003a.
- The new imperialism*. Oxford: University Press, 2003b.
- A brief history of neoliberalism*. Oxford: University Press, 2005.
- Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. Londres: Verso, 2006c.

### Tese de doutoramento

- Aspects of agricultural and rural change in Kent, 1815-1900*. Cambridge: Universidade de Cambridge, 1962.

## Outros autores

- ATKINSON, D. et al. *Cultural geography. A critical dictionary of key concepts*. Londres: I. B. Tauris, 2005.
- BARNES, T. “Between deduction and dialectics: David Harvey on knowledge”. In CASTREE, N. e GREGORY, D. (orgs.). *David Harvey. A critical reader*. Oxford: Blackwell, 2006.
- e DUNCAN, J. (orgs.). *Writing worlds: discourse, text and metaphor in the representation of landscape*. Londres: Routledge, 1992.
- BENJAMIN, W. *The Arcades Project*. Massachusetts: Belknap Press, 1999.
- CASTREE, N. “Differential geographies: place, indigenous rights and ‘local’ resources”. *Political Geography*, 2004, n. 23, pp. 133-67.



- . “The detour of critical theory”. In --- e GREGORY, D. (orgs.). *David Harvey. A critical reader*. Oxford: Blackwell, 2006.
- e GREGORY, D. *David Harvey. A critical reader*. Oxford: Blackwell, 2006.
- CERTEAU, M. *The practice of everyday life*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- COSGROVE, D. e DANIELS, S. (orgs.). *The iconography of landscape: essays of the symbolic representation, design and use of past environments*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- CRANG, M. *Cultural geography*. Londres: Routledge, 1998.
- CRESSWELL, T. *In placelout of place: geography, ideology and transgression*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- DAVIS, M. *The ecology of fear: Los Angeles and the ecology of disaster*. Nova York: Metropolitan Books, 1998.
- DUNCAN, J. *The city as a text: the politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- GRAMSCI, A. *Selections from the prison notebooks*. Traduzido para o inglês por Q. Hoare e G. Nowell Smith. Londres: Lawrence and Wishart, 1971.
- GREGORY, D. *Geographical imaginations*. Oxford: Blackwell, 1994.
- . “Introduction: troubling geographies”. In CASTREE, N. e GREGORY, D. (orgs.). *David Harvey. A critical reader*. Oxford: Blackwell, 2006.
- HAMNETT, C. “Contemporary human geography: fiddling while Rome burns?”. *Geoforum*, 2003, n. 34 (1), pp. 1-3.
- JACKSON, P. “Rematerialising social and cultural geography”. *Social and cultural geography*, 2000, n. 1, pp. 9-14.
- JONES, J.-P. III. *David Harvey*. Londres: Continuum, 2004.
- KATZ, C. “Messing with the project”. In CASTREE, N. e GREGORY, D. (orgs.). *David Harvey. A critical reader*. Oxford: Blackwell, 2006, s. p.
- KEITH, M. e PILE, S. (orgs.). *Place and the politics of identity*. Londres: Routledge, 1993.
- KNOX, P. (org.). *The restless urban landscape*. Nova Jersey: Prentice-Hall, 1993.
- MASSEY, D. “Flexible sexism”. *Environment and Planning D: Society and Space*, 1991, n. 9, pp. 31-57.
- MITCHELL, D. *Cultural geography. A critical introduction*. Oxford: Blackwell, 2000.
- PHILO, C. “More words, more worlds: reflections on the cultural turn and human geography”. In COOK, I. et al. (orgs.). *Cultural turns/geographical turns: perspectives on cultural geography*. Harlow: Pearson, 2000, s. p.
- ROSE, G. *Feminism and geography: the limits of geographical knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.
- SARMENTO, J. et al. (orgs.). *Ensaios de geografia cultural*. Porto: Figueirinhas, 2006.
- THRIFT, N. “David Harvey: a rock in a hard place”. In CASTREE, N. e GREGORY, D. (orgs.). *David Harvey. A critical reader*. Oxford: Blackwell, 2006, s. p.
- ZUKIN, S. “David Harvey on cities”. In CASTREE, N. e GREGORY, D. (orgs.). *David Harvey. A critical reader*. Oxford: Blackwell, 2006.